

Auditório Araújo Vianna: controvérsias e dificuldades da gestão de um patrimônio cultural

Araújo Vianna Auditorium: contention and hardship in cultural heritage management

JUDITE SANSON DE BEM¹
THIAGO BUZATTO STORCK²

RESUMO

Durante 78 anos o Auditório foi gerido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, período este que corresponde desde sua inauguração em 1927 até 2005 quando do encerramento de suas atividades devido às inúmeras dificuldades de manutenção deste equipamento cultural. O presente artigo tem por objetivo apresentar a trajetória do Auditório Araújo Vianna desde sua primeira fase, na década de 1920, passando pela mudança de endereço da Praça da Matriz para o Parque Farrouilha, na década de 1960, seu tombamento em 1997 e, por fim, os diferentes problemas financeiros nos anos de 2000. Para realizar esta pesquisa, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica e documental com informações obtidas no Arquivo Municipal de Porto Alegre. Verificou-se que as dificuldades que levaram ao seu fechamento se deveram, entre outros, a junção de dois fatores: as dificuldades das ações de gestão, por parte dos agentes públicos encarregados e o comportamento da população que não respeitava o bem público, depredando-o, encarecendo sua manutenção e inviabilizando suas atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Cultural; Patrimônio Cultural; Auditório Araújo Vianna.

ABSTRACT

For 78 years the Auditorium was managed by the Porto Alegre City Hall, a period that corresponds from its inauguration in 1927 until 2005 when its activities were closed due to the numerous difficulties of maintaining this cultural equipment. This article aims to present the trajectory of the Araújo Vianna Auditorium from its first phase, in the 1920s, through the change of address from Praça da Matriz to Parque Farroupilha, in the 1960s, its tipping in 1997, and finally, the different financial problems in the years 2000. To perform this research, we used the method of bibliographic and documentary research with information obtained from the Municipal Archive of Porto Alegre. It was found that the difficulties that led to its closure were due, among others, to the combination of two factors: the difficulties of management actions by the public agents in charge and the behavior of the population that did not respect the public good, depriving it, making its maintenance more expensive and making its activities unfeasible.

KEYWORDS: Cultural Management; Cultural Heritage; Araújo Vianna Auditorium.

INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos que as pessoas se utilizam da cultura e suas manifestações para seu entretenimento. Mas para que este entretenimento possa acontecer se faz necessária a gestão cultural, processo pelo qual ocorre a manutenção da cultura e de seus espaços culturais.

Neste artigo o espaço cultural estudado é o Auditório Araújo Vianna, em Porto Alegre/RS cuja gestão esteve por mais de 70 anos ao encargo do setor público, mais precisamente, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

O objetivo deste estudo é apresentar considerações sobre o percurso da gestão cultural do Auditório Araújo Vianna: de 1927 a 1960 quando o mesmo se localizava na Praça da Matriz, e os motivos de sua mudança de endereço, a partir de 1964, para o Parque Farroupilha, onde se encontra atualmente. Também serão apresentadas as razões de seu tombamento e os motivos que levaram ao seu declínio a partir dos anos 2000.

A metodologia delineada para a pesquisa é do tipo exploratório, com uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa será descritiva. Quanto aos procedimentos a investigação é de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, através de revisão de artigos e sites oficiais e, principalmente, em documentos obtidos junto ao Arquivo Municipal de Porto Alegre.

O artigo está dividido em sessões. Primeiramente, serão apresentadas considerações sobre cultura, para que se possa compreender o Auditório neste contexto cultural, principalmente após seu tombamento como patrimônio cultural. Em seguida, serão apresentados conceitos sobre gestão cultural e seus desafios, para que se compreendam as características de gestão aplicadas a este tipo de espaço cultural. Logo após, a trajetória percorrida pelo Araújo Vianna desde 1927 a 1997 quando ocorreu seu tombamento. Em seguida, apresentam-se os fatos que corroboraram com seu declínio a partir dos anos 2000. Finalizamos o artigo com as Considerações Finais e as Referências.

Cabe ressaltar que não faz parte dos objetivos deste estudo, apontar melhorias de gestão ou realizar comparações com casos similares de sucesso, pois se trata de um estudo da memória da gestão do Auditório Araújo Vianna. Estudar os fatos passados para que se possa compreender o presente deste espaço cultural.

CULTURA E GESTÃO CULTURAL: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Autores que estudam sobre cultura, como Laraia (1999), Eagleton (2005), Bordonal et al. (2014) entre outros, explicam que cultura é algo difícil de ser definido pela sua amplitude e complexidade por exprimir diversos significados.

Em Bordonal et al. (2014), pode-se perceber que a palavra cultura ampliou seu significado através dos tempos: enquanto na antiguidade, cultura era a prática de cuidar de animais, plantas ou trato agrário, a partir do século XVIII o conceito se amplia e passa a ser vinculado à educação, evolução e ao aprimoramento do homem.

A cultura interage com o ser humano como um processo de formação, tanto individual quanto coletivo. Elias (1997, *apud* BORDONAL et al., 2014) corrobora com este pensamento quando escreve que a cultura, desde o século XIX, forma elos de identidade. Fochi

(2013) aborda a cultura como sendo interesses em comum compartilhados por um povo ou nação e estes interesses são o que aproximam as pessoas umas das outras.

Neste sentido a cultura se constitui, entre outros, pela união das pessoas por interesses em comuns, mais precisamente o interesse pela arte, música, dança, teatro, entre outras manifestações culturais.

Desde os tempos antigos, como na Grécia ou no Império Romano, as pessoas já se reuniam em praças ou casas de espetáculos, para juntas, apreciarem eventos e apresentações culturais (FOCHI, 2013). Como exemplos têm-se o Coliseu em Roma e diferentes teatros gregos como de Delfos, o Teatro de Siracusa ou o Teatro de Dionísio.

Existem diferentes lugares onde as pessoas podem se encontrar para compartilharem seus interesses culturais entre os quais podem ser citados os circos, teatros, feiras, praças, bares, casas noturnas, auditórios, cinemas, casas de cultura, sarais, livrarias, templos, entre outros.

Estes espaços são importantes sob diferentes enfoques: do ponto de vista artístico-cultural, se caracterizam pela criação artística e de encontro entre a oferta cultural e o público; do ponto de vista social, por serem espaços capazes de influenciar e qualificar as práticas de sociabilidade vigentes, e do ponto de vista econômico à medida que mobilizam a cadeia produtiva da cultura. Desta forma os equipamentos culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, galerias, centros culturais, salas de concerto, museus, etc.) são organizações com grande potencial de dinamizar os territórios nos quais atuam.

Como em qualquer outra atividade humana, as manifestações culturais podem ser pensadas economicamente. E pensar a cultura economicamente é uma forma de geri-la, administrando e preservando as casas de espetáculos, datas de eventos, garantindo assim que as pessoas tenham acesso à cultura com segurança e qualidade (BENHAMOU, 2007).

Disto deriva o conceito de gestão cultural, pois as casas de espetáculos, como um auditório, por exemplo, precisam ser geridas para garantir uma mediação nos processos de produção artística, que sejam compatíveis com um público que esteja interessado em assistir aos espetáculos, promovendo uma arrecadação de valores suficientes para que o local possa gerar receita e se manter ativo (RODRIGUES, 2001; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTÃO CULTURAL, 2019).

Para Cunha (2007) a gestão cultural é uma atividade complexa, pois exige de seus gestores conhecimentos sobre economia, política, finan-

ças, marketing, além de identificar e conhecer o próprio significado de cultura e o objeto que está sendo gerido.

Calabre (2009) corrobora com Cunha (2007) e reforça que a gestão cultural se torna mais desafiadora quando exercida por uma entidade pública, pois a mesma necessita de liberação de recursos financeiros, legislações e burocracias para o exercício da gestão.

Todo espaço cultural pensado economicamente, gerido tanto por agentes públicos quanto privados, mesmo que sem fins lucrativos, devem ser capazes de arrecadar receitas para que sejam reinvestidas em sua infraestrutura, marketing para divulgação dos eventos, podendo assim o local se manter em funcionamento para que possa cumprir sua função e atender ao público que deseja apreciar as formas de cultura por ele apresentado (CALABRE, 2009).

GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS: UMA PROBLEMATIZAÇÃO CONSTANTE

Segundo Coelho (1997, p.164) o termo equipamento cultural se refere a “edificações destinadas a práticas culturais”, servindo para designar organizações culturais como teatros, cinemas, bibliotecas, arquivos, galerias, espaços polivalentes, salas de concerto, museus, dentre outros.

O equipamento cultural é um ponto de encontro entre artistas, técnicos do espetáculo, gestores, pensadores, o público e a cidade em si. Este inter cruzamento de diferentes fluxos e atores sociais ressalta a importância e a transversalidade da ação deste tipo de organização. E segundo Pinho (2018) é importante para o desenvolvimento da sociedade que existam lugares apropriados para realizar estas manifestações culturais, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor.

Os equipamentos culturais, ao realizarem suas ações culturais, sejam elas quais forem, estão exercendo um importante papel artístico-cultural. “Na perspectiva do público, oferecem oportunidades de fruição, aprendizado de práticas artísticas e, em alguns casos, espaço para expressões identitárias, mobilizando sensibilidades e promovendo experiências relacionadas à dimensão simbólica e estética”. Já na visão dos agentes culturais estes equipamentos culturais “possibilitam o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de fazeres e saberes artísticos, curatoriais, arquivísticos, patrimoniais, gerenciais e técnicos próprios da produção cultural constituindo-se, em muitos casos, em laboratórios de criação” (SANTOS; DAVEL, 2018, p. 114).

Mas os equipamentos também exercem um papel social que segundo Santos e Davel (2018, p. 114) “[...] inscrevem as práticas culturais de maneira permanente na paisagem da cidade, incluindo-as, ao menos potencialmente, ao conjunto de práticas cotidianas dos cidadãos”. Assim estes espaços, através das práticas artístico-culturais, tornam-se importantes espaços de socialização entre as pessoas. E por também apresentarem práticas e conteúdos educacionais possibilitam contribuir com a construção de valores éticos influenciando a formação de padrões de sociabilidade. Afastando seu público das ideias de violência e relações de consumo que possam vir a prejudicar o meio.

Igualmente, os equipamentos culturais também apresentam uma importante relação econômica com a sociedade uma vez que contemplem “atividades de criação, fruição, difusão, circulação, salvaguarda, formação, reflexão, dentre outras, mobilizando uma densa rede de profissionais e serviços, bem como ativando relações econômicas das mais diversas dentro do campo cultural”. Sendo também um importante aliado entre os agentes produtivos da cultura e outros segmentos econômicos, como por exemplo, o turismo (SANTOS; DAVEL, 2018, p. 114).

No dia a dia surgem os desafios de ordem econômica, as políticas, sociais e curatoriais.

No campo econômico encontram-se os desafios de gestão, onde a natureza deste tipo de gestão, conjuga em uma dimensão artística e uma predial, assim sua dupla natureza inclui um “alto custo de manutenção, atualização tecnológica e contratação de serviços especializados decorrente da especificidade e complexidade das ações desenvolvidas neste tipo de organização cultural”. Além disto, o campo econômico apresenta um desarranjo “entre a natureza ininterrupta de suas atividades e a lógica de projeto que predomina no financiamento público destinado a atividades culturais”. Isto traz consequências aos equipamentos culturais, prejudicando sua capacidade “em reter talentos, estruturar e qualificar suas equipes, bem como de investir em atividades ligadas a uma dimensão mais estratégica de ação”. (SANTOS; DAVEL, 2018, p. 116).

Politicamente, os desafios estão associados “[...] a pouca representatividade social do segmento, que se reflete em pouco espaço na pauta de discussão das políticas públicas para cultura” (SANTOS; DAVEL, 2018, p. 116).

Além destes desafios estão à proposição de serviços e produtos adequados e de qualidade. “Esse tipo de gestor concebe eventos artísticos,

desenvolve planos de infraestrutura local, elaboram projetos de turismo cultural, pesquisas de análise de público e economia da cultura” área artística, sujeitos cuja formação se desenvolveu no campo da arte”. Este profissional se motiva através da organização de tais eventos, como exposições, projetos de educação artística atividades de formação de público e dinamização da produção artística (LOPES, 2012, p. 11).

Leal (2018) reforça e complementa Lopes (2012) quando ressalta a importância do planejamento para que os equipamentos culturais sejam bem administrados, pois em sua gestão muitos fatores estão incluídos, como financeiro, artístico, localização, público. Logo o gestor cultural deve estar preparado e com uma visão estratégica onde consiga enxergar como todos estes fatores se relacionam.

Em termos sociais os desafios se referem: à mobilização de públicos, o baixo consumo cultural do brasileiro e a crescente concorrência entre as diferentes ofertas de produtos culturais como a internet, TV, games, etc. “No presente, a atuação das organizações culturais de exibição e de produção cultural está pautada em novos desafios gerenciais, instrumentalizados por avançadas tecnologias de comunicação e de imagem”. Assim, “os espaços de cultura apresentam um arcabouço diversificado de funções, sendo ao mesmo tempo canais de circulação, de fruição, de lazer e de produção de conteúdos pelo mundo das artes, da cultura e da ciência” (MARCO, 2009, p. 214).

Já os desafios curatoriais representam “à falta de uma definição e comunicação efetiva da razão da existência do equipamento cultural, além de contextualizar acervos e atividades oferecidas tanto com esta razão de existir, quanto com o contexto de atuação da organização”. (SANTOS; DAVEL, 2018, p. 116).

Talvez este seja um dos mais relevantes desafios da gestão dos equipamentos: “[...] a necessidade de fazer sentido para a sociedade e despertar o sentimento de pertencimento entre seus frequentadores” (SANTOS; DAVEL, 2018, p. 117).

Na gestão dos espaços culturais, a formação do público é fator fundamental que se une ao cuidado na seleção da programação. Entre os aspectos da formação do público estão: idade, grau de escolaridade, a renda média do público, entre outros (MANTOAN, 2009). Também é importante que entre o espaço e o frequentador haja uma ação de relacionamento, uma fidelização de clientela adicionada a uma perspectiva de valorização do gosto e da preferência deste.

Também são acrescentados dois severos problemas estruturais: a instabilidade de recursos públicos destinados à cultura, o que dificulta sobremaneira a gestão destes espaços e as “[...] mudanças abruptas de gestor, na pouca clareza nas diretrizes estratégicas, na preponderância de critérios políticos sob os critérios técnicos para a nomeação de profissionais e na redução e/ou contingenciamento de orçamento público”, orçamento que seria remetido a seu funcionamento (SANTOS; DAVEL, 2018, p. 117).

O gestor cultural é um desenvolvedor e administrador de projetos, além do que sua atuação ou desempenho “[...] resulta entre o esperado, o desejado e o possível, isto é, o desempenho real e concreto do profissional”. Assim, os gestores culturais serão mais ou menos eficientes dependendo de sua formação e do seu entendimento do negócio. Serão mais ou menos “[...] capazes de realizar projetos estratégicos e de administrá-los em todos seus aspectos, incluindo o manejo de fundos e ainda sua captação no mercado (LOPES, 2012, p.8).

Este conjunto de problemas e/ou instabilidades acarreta impactos gerenciais, diminuindo ou descontinuando as ações públicas neste equipamento.

Para Freitas (2010) existem problemas recorrentes quando se trata da gestão de espaços culturais, tais como: “pouca agilidade, reflexo do excesso de formalidades burocráticas para compras e reformas, contratações e realização de serviços; utilização irracional de recursos; dificuldades ou impossibilidade de captação de apoios ou patrocínios”. E estes aspectos são observados principalmente quando o espaço cultural é gerido por administração pública.

Neste contexto pode-se pensar as dificuldades de gestão do Auditório Araújo Vianna como um equipamento cultural, gerido durante 78 anos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a qual além da gestão financeira era responsável pela organização da pauta de eventos, locação, manutenção de sua infraestrutura entre outros. Além disso, uma das funções centrais de qualquer gestão era tornar o Auditório e suas atividades autossuficientes financeiramente situação que não se verificou ao longo de grande parte dos exercícios fiscais.

Assim, a próxima sessão trará alguns aspectos da história do Auditório Araújo Vianna, quando foi gerido exclusivamente pela Prefeitura de Porto Alegre. O mesmo representa um patrimônio cultural desta Cidade, sendo um lugar de encontros de pessoas que compartilham interes-

ses por música, artes performáticas e outros. Por Patrimônio Cultural, pode-se entender como as “[...] formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, **edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais**” [...] (IPHAN, 2019, grifo nosso).

O SURGIMENTO DO AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA

Divide-se a trajetória do Auditório Araújo Vianna em três fases: a primeira compreendida entre os anos de 1927 a 1960, a segunda fase de 1964 até 2005 e a terceira fase a partir de 2006 quando a Prefeitura estabeleceu uma parceria pública privada (PPP) para a administração do mesmo.

Durante sua primeira fase (figura 1), o Auditório localizava-se na Praça da Matriz no centro da cidade de Porto Alegre. Sua concepção era de uma concha acústica a céu aberto, com 400 bancos, proporcionando 1200 lugares sentados. Nesta fase o Auditório consagrou-se por apresentar os ensaios e shows da Banda Municipal, geralmente as apresentações que aconteciam às quartas-feiras à noite, sendo estes músicos os primeiros integrantes da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) (CUNHA, 2009).



Figura 1: Auditório Araújo Vianna em 1927
FONTE: Ribeiro (2012)

Mas na década de 1950 com a expansão da cidade houve a necessidade de uma nova sede para a Assembleia Legislativa e como o Au-

ditório encontrava-se em um espaço privilegiado e próximo aos três poderes, o mesmo foi demolido dando lugar à nova Assembleia Legislativa (CUNHA, 2019; MORAES, 2019).

A segunda fase ocorreu quando de sua inauguração, em 12 de março de 1964, no Parque Farroupilha no Bairro Bom Fim em Porto Alegre. Os responsáveis pela obra preocuparam-se em manter o conceito do auditório como extensão da área pública. Como o Parque Farroupilha era a principal alternativa de lazer, de boa parte da população, com boas condições de acesso e pela falta de outros parques na cidade, pois os parques Moinhos e o Marinha foram construídos tempos depois, foi decidido que a nova sede do Auditório Araújo Vianna seria no Parque Farroupilha (MARQUES, 2007; AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA, 2019).

Outro fator considerado, quando da escolha da sua nova localização, foram os chafarizes do Parque que contribuíam com suas águas dançantes, ofertando uma extensão cultural ao Auditório. E o ponto de instalação dentro do parque também foi estratégico, pois era uma área até então descampada, mas já ocupada por apresentações de circos e atrações de rua. Assim o público já conhecia o local como sendo de atrações culturais (MARQUES, 2007).

Nesta fase (1964 – 2005) o Auditório foi palco de diferentes atrações culturais, tais como espetáculos de João Gilberto, Caetano Veloso, Cássia Eller, espaço de manifestações políticas, assembleias ou de palestras de personalidades renomadas como o Nobel de Literatura José Saramago ou o tributo aos 90 anos de Luís Carlos Prestes (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019; AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA, 2019).

Entre os anos de 1964 e 1996 o auditório manteve sua ideia original de ser um palco a céu aberto (figura 2), mas devido o crescimento do Bairro Bom Fim, os moradores começaram a reclamar do barulho e se organizaram para pedir o isolamento acústico do auditório.

Desde o início de sua segunda fase era debatido, em reuniões de Orçamento Participativo, questões relativas à sua cobertura com lona para proteger tanto seus usuários do frio e chuvas quanto os moradores do bairro em relação ao som alto que vinha do Auditório em dias de apresentações. Assim em outubro de 1996 a lona que cobre o Araújo Vianna foi inaugurada (figura 3) dando origem a sua nova personalidade, como um auditório coberto (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019; AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA, 2019).



Figura 2: Auditório Araújo Vianna e sua idéia original (1964 - 1996)
FONTE: Schestatsky (2011).

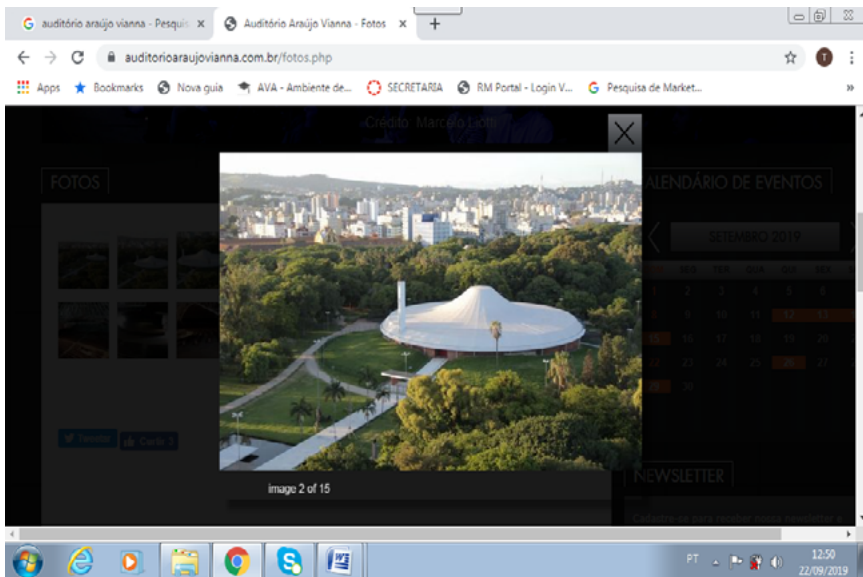


Figura 3: Primeira lona do auditório (1996)
FONTE: Auditório Araújo Vianna (2019)

Percebe-se aqui, uma mudança de personalidade do Auditório após 69 anos de sua existência sendo, inicialmente um palco a céu aberto e, mesmo após a sua transferência da Praça da Matriz para o Parque

Farroupilha foram 32 anos descoberto até a colocação da lona.

Uma das maiores realizações desta segunda fase foi seu tombamento. O local onde se situa o Parque Farroupilha foi uma doação feita pelo Governador Paulo José da Silva Gama à cidade, em 24 de outubro de 1807, com o objetivo da criação de gado, tendo ficado conhecido inicialmente como Potreiro da Várzea. Em 1870 passou a chamar-se Campos do Bom Fim devido à proximidade com a Capela Nosso Senhor Jesus do Bom Fim. Já em 1884 mudou novamente de nome, passando a se chamar Campos de Redenção, em homenagem à libertação dos escravos. E, finalmente, em 1935, através do Decreto Municipal nº 307/35, o Campos de Redenção recebeu a denominação de Parque Farroupilha, devido a uma exposição comemorativa ao centenário da Revolução Farroupilha (SMC, 2019a).

Assim, no dia 03 de janeiro de 1997 o Parque Farroupilha foi tombado³ como Patrimônio Histórico e Cultural do município de Porto Alegre, estando incluídos neste tombamento: “[...] seus passeios, caminhos, vegetação, ajardinamentos, edificações, abrigos, chafarizes, fontes, estatuária, lagos, espelhos d’água e recantos, incluindo o recanto Solar, o recanto Oriental, o recanto Europeu, o recanto Alpino, o orquidário, o roseiral”. Bem como “o zoológico, o estádio Ramiro Souto, **o Auditório Araújo Vianna**, o Espaço Cívico e o Monumento ao Expedicionário, o Mercado do Bom Fim e o Instituto General Flores da Cunha” (SMC, 2019a, grifo nosso).

Mas à medida que adentra o final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000, em 2005, ao final se sua segunda fase, o auditório precisou ser fechado por falta de verbas por parte da Prefeitura para mantê-lo em funcionamento e por apresentar problemas em sua estrutura física, proporcionando riscos aos usuários.

O DECLÍNIO DA GESTÃO PÚBLICA DO AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA

O Auditório Araújo Vianna, desde seu surgimento até os anos 2000, mais precisamente 2007 foi mantido, exclusivamente, pelo setor público (Orçamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre) e mesmo as atividades realizadas no Auditório não geravam verbas o suficiente para mantê-lo.

De acordo com documentos do Arquivo Municipal de Porto Alegre (2019) o auditório era ocupado, em média, 30 vezes ao ano com um valor de locação em torno de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos) reais.

Totalizando assim, um valor aproximado de arrecadação anual de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil) reais⁴

A Prefeitura objetivava manter um valor acessível para que todos pudessem utilizar o espaço do auditório, desde shows a eventos do bairro. A prefeitura também ofertava shows da Banda Municipal, custeados com verba pública.

Entretanto os custos para a manutenção do Auditório eram muito elevados, pois o mesmo precisava de serviços de impermeabilização, no mínimo duas vezes ao ano, além de outros gastos com a infraestrutura. Segundo documentos do Arquivo Municipal de Porto Alegre (2019), os custos com cada impermeabilização eram em torno de Cr\$ 3.916.984,62 (três milhões novecentos e dezesseis mil, novecentos e oitenta e quatro cruzeiros e sessenta e dois centavos). Este valor, atualizado para novembro de 2019, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (2019) ficaria em R\$ 242.626,15.

Os reparos após as datas comemorativas, como carnaval, festas juninas, *reveillon*, também geravam custos. Um documento, não datado, encontrado no Arquivo Municipal de Porto Alegre (2019) apresenta uma nota de pagamento no valor de 20 milhões de cruzeiros para reparos após um carnaval. Este valor, segundo a Fundação de Economia e Estatística (2019), convertidos para novembro de 2019 seria equivalente a R\$ 1.238.841,45⁵.

O valor para a colocação da lona, em 1996, também foi elevado: um orçamento de 30.700.000,00 (trinta milhões e setecentos mil reais⁶) (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019).

A pesquisa aponta, em termos de valores, um contraponto entre os valores arrecadados pela Prefeitura com a locação do Auditório, em média R\$ 45.000,00 anuais e os gastos com sua manutenção, sendo duas impermeabilizações anuais com custos médios de R\$ 245.000,000 cada, além dos custos com reformas após as datas comemorativas que ultrapassavam a casa de R\$ 1 milhão. Tais despesas demonstram que a arrecadação do Auditório não era suficiente para cobrir suas despesas fixas e as que por ventura ocorressem.

Nos anos de 2000 a infraestrutura começou a apresentar problemas, conforme se observa nas figuras 4, 5 e 6. A lona, instalada em 1996, suportou o previsto em seu prazo de validade (durando em torno de 10 anos), começou a ceder nos anos de 2004/2005.



Figura 4 - Lona do Auditório Desmorona (Parte Externa)
FONTE: Ribeiro (2012)



Figura 5 - Lona do Auditório Desmorona (Parte Interna)
FONTE: Ribeiro (2012)

A figura 6 ilustra a parte interna do Auditório, que também começou a apresentar problemas no mesmo período: os assentos coróidos e o piso também em condições desfavoráveis para atender ao público consumidor.



Figura 6 - Interior do Auditório
FONTE: Ribeiro (2012)

Assim, em 2005, a Prefeitura de Porto Alegre teve que interditar o Auditório, pois apresentava riscos à população e a mesma não dispunha de verbas para continuar com a manutenção e realizar as reformas necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado, os equipamentos culturais são uma referência quanto às dinâmicas artístico-culturais de uma sociedade, como se percebe desde a antiguidade, por outro, tem potencial para dinamizar da vida social e econômica dos territórios com os quais se relacionam. Mas esta dinâmica nem sempre é compreendida em seu contexto integral, pelo contrário, percebe-se que tanto pelo lado da gestão, sobretudo a pública, quanto os frequentadores, nem sempre tem a visão desta multiplicidade ou da sua importância como agente do desenvolvimento.

A gestão dos equipamentos culturais se reveste de características e, sobretudo dificuldades que se colocam muitas vezes como intransponíveis: questões econômicas, qualificação profissional dos gestores, problemas com o público e seu comportamento para com o zelo dos bens públicos são algumas das dificuldades.

Através deste estudo, pode-se perceber que a memória do Auditório Araújo Vianna foi marcada por pelo menos três momentos:

- O primeiro foi sua troca de endereço para dar lugar à Assembleia Legislativa do Estado, tendo permanecido na Praça da Matriz

por 33 anos de história. Neste momento as apresentações eram gratuitas para os mais variados públicos, proporcionando assim que todas as classes sociais e culturas pudessem, juntas, apreciar aos espetáculos à céu aberto.

- Já a partir de 1964, data de sua reinauguração em atual endereço, o Auditório voltou a proporcionar momentos de lazer e cultura aos gaúchos, agora no Parque Farroupilha. E aqui encontramos outro momento, quando do seu tombamento e como um Patrimônio Histórico Cultural de Porto Alegre.

- Contudo, a Prefeitura começou a apresentar dificuldades para gerir sozinha o Auditório, entre outros devido aos custos de manutenção muito alto quando comparado a sua arrecadação anual. O problema financeiro se intensifica a partir da instalação da lona em 1996. O resultado foi o encerramento de suas atividades a partir dos anos 2000 juntamente com o estado precário que sua estrutura física apresentava.

Geralmente quando as pessoas pensam em patrimônio cultural, não imaginam que adversidades possam ocorrer. Foram apenas 8 anos de seu tombamento ao encerramento de suas atividades. Este declínio deve-se, em parte, as dificuldades de gestão realizada pela Prefeitura, pois apresentava sérias dificuldades para fazer com que o Auditório fosse capaz de levantar receita suficiente para pagar seus custos. Além disso, ao longo dos anos, o equipamento serviu a diferentes interesses, os quais nem sempre iam ao encontro das suas capacidades e sustentabilidade. Não foi possível ainda, levantar os valores da Secretaria de Cultura de Porto Alegre, destinados ao Auditório e aos demais equipamentos culturais, o que serve de apoio ao entendimento da importância da cultura para o Poder Público.

Também não devemos desconsiderar que a própria população que contribuiu para a sua sobrevivência, sobretudo com atos de vandalismo em épocas comemorativas, fazendo assim com que o Araújo tivesse que passar por reformas não programadas durante estas épocas do ano. Aqui estamos diante de uma das questões levantadas anteriormente “o sentimento de pertencimento” da população para com o Auditório. Além disso, o vandalismo é um ato que deve ser considerado quando da “formação” do público.

Embora os autores entendam que ainda há muito a ser estudado sobre a dinâmica do Auditório, o artigo proporcionou um entendimento

inicial sobre a importância da gestão de equipamentos culturais, uma vez que a mesma se faz necessária para mantê-la em funcionamento.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Documentos fotografados no Arquivo Municipal**. Porto Alegre, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTÃO CULTURAL. 2019. Disponível em: <https://www.abgc.org.br/mba-em-gestao-cultural/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

AUDITÓRIO ARAÚJO VIANA. **Histórico**. 2019. Disponível em: <https://www.auditorioaraujovianna.com.br/Apresentacao.php>. Acesso em: 21 set. 2019.

BENHAMOU, Françoise. **A Economia da Cultura**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

BORDONAL, Guilherme Cantieri et al. **Povo, Cultura e Religião**. Londrina: Editora e Distribuidora S.A, 2014.

CALABRE, Lia. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, v. 1, n. 1, 2009.

COELHO, José Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997

CUNHA, Eduardo Vieira. **O auditório Araújo Vianna**. 2009. Disponível em: <http://migpoesiasmensagens.blogspot.com/search?q=audit%C3%B3rio+ara%C3%BAjo+vianna>. Acesso em: 07 set. 2019.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão Cultural: Profissão em formação**. Duo Editorial, 2007. Disponível em: http://www.gestioncultural.org/ficheiros/BGC_AsocGC_MHCunha.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

FOCHI, Graciela Márcia. **Cultura e Sociedade na Modernidade**. In-daial: Ed. Uniasselvi, 2013.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. **Por uma cultura pública**: organizações sociais, OSCIPS e a gestão pública não estatal na área da cultura, 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Atualização de Valores**. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>. Acesso em: 12 out. 2019.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural**. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 16 nov. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LEAL, Nathalia Oliveira. **O Teatro Castro Alves**: da gestão à visão dos produtores culturais. 2018. 170f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2018.

LOPES, Antonio Luis de Alencar Vieira. Os caminhos e obstáculos na profissionalização da gestão cultural em Iberoamérica. **I Seminário Internacional de Formação e Capacitação em Cultura**. 28 a 30 maio de 2012. Salvador: Bahia. Disponível em: <http://formacaocapacitacaocultura.com.br/pdfs/gt1/1.%20OS%20CAMINHOS%20E%20OBS-T%C3%81CULOS%20NA%20PROFISSIONALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20GEST%C3%83O%20CULTURAL%20EM%20IBEROAM%C3%89RICA%20-%20Antonio%20L.%20Alencar.doc.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

MANTOAN, Marcos. Gestão de espaços culturais. Experiências em Arte Contemporânea dos CCBBs. IN: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de (Orgs). **Economia da cultura: idéias e vivências**. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

MARQUES, Sérgio Moacir. O Anfiteatro, a Foice e o Martelo, O OVNI e o Guarda-chuva”: Vida e sobrevida do Auditório Araújo Vianna em Porto Alegre. **Anais do 7º Seminário do COMOMO_Brasil**, 2007.

MARCO, Kátia de. Gestão de espaços culturais: Uma Abordagem Contemporânea. IN: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de (Orgs). **Economia da cultura: idéias e vivências**. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

MORAES, Nilo da Silva. **Sociedade Bailante**. 2018. Disponível em: <http://almanaquenilomoraes.blogspot.com/2018/10/sociedade-bailante.html>. Acesso em: 07 set. 2019.

PINHO, Maria Inês. Strategic Entrepreneurship: Model Proposal for Post-Troika Sustainable Cultural Organizations. **International Journal of Humanities and Social Sciences**, v. 12, n. 3, p. 351-359, 2018.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **A história do Auditório Araújo Viana**. 2019. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=271. Acesso em: 20 set. 2019.

RIBEIRO, Milton. **Após sete anos e muita polêmica, o Auditório Araújo Vianna volta à vida**. 2012. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2012/09/apos-sete-anos-e-muita-polemica-o-auditorio-araujo-vianna-volta-a-ativa/>. Acesso em: 07 set. 2019.

RODRIGUES, Luiz Augusto. **O campo da gestão cultural**. 2001. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/tecidocultural/curso_acc/1/01_o_campo_gestao_cultural.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

SANTOS, Fabiana Pimentel Santos; DAVEL, Eduardo. Gestão de equipamentos culturais e identidade territorial: potencialidades e desafios. **Revista Pensamento e Realidade**, v. 33, n. 1, p. 109-134, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/36082/26616>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SCHESTATSKY, Clara. **47 anos do Auditório Araújo Vianna**: Porto Alegre Redenção. 2011. Disponível em: <http://vitreinnedosvales.blogspot.com/2011/03/47-anos-do-auditorio-araujo-vianna.html>. Acesso em: 22 set. 2019.

SMC – SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **Tombamentos**: Parque Farroupilha. 2019a. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/historico_parque_parroupilha_1.pdf. Acesso em: 22. set. 2019.

SMC – SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **Tombamentos**. 2019b. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?reg=8&p_secao=87. Acesso em: 22 set. 2019.

NOTAS

¹ Economista, Mestre em Economia Rural, Doutora em História Ibero - Americana e Pós-Doutora em Geografia. Professora e orientadora do Curso de Mestrado e Doutorado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. E-mail: judite.bem@unilasalle.edu.br.

² Bacharel em Administração, Licenciado em Pedagogia e Sociologia. Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais, Doutorando em Memória Social e Bens Culturais com bolsa CAPES. O presente artigo foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001. E-mail: tbstorck@gmail.com.

³ De acordo com a SMC (2019b): Os bens tombados pelo Município são aqueles que, por seu valor histórico, paisagístico, morfológico ou técnico sejam de interesse público preservar e proteger. São protegidos pela Lei de Tombamento - Lei Complementar 275/92 e passam a integrar o Patrimônio Cultural de Porto Alegre após serem inscritos no Livro do Tombo.

⁴ Valores encontrados em documentos do Arquivo Municipal de Porto Alegre em sessões que correspondiam aos anos de 1997 a 2000. Os documentos não continham marcação de datação visível ou possível de leitura.

⁵ Valor com base no ano de 1990, data marcada na caixa dos documentos.

⁶ Valor atualizado para novembro de 2019 de acordo com a Fundação de Economia e Estatística: R\$ 128.991.173,66.